



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABIENTE DO DEPUTADO DELMASSO**



PARECER N.º 01 /2019 - CESC

DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA, sobre o PROJETO DE LEI N.º 1.958, de 2018, que dispõe sobre a proibição de exposição artística ou cultural com teor pornográfico ou vilipêndio a símbolos religiosos em espaços públicos no Distrito Federal.

Autor: Deputado RAFAEL PRUDENTE

Relator: Deputado DELMASSO

I – RELATÓRIO

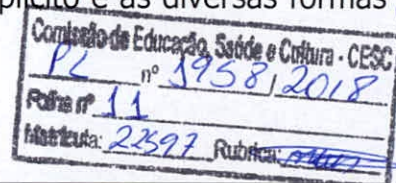
Submete-se a exame desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura, o Projeto de Lei n.º 1.958, de 2018, de autoria do nobre deputado Rafael Prudente, que prevê a proibição de exposição artística ou cultural com teor pornográfico ou vilipêndio a símbolos religiosos em espaços públicos no Distrito Federal, conforme disposto no art. 1º.

O art. 2º do presente Projeto de Lei visa obrigar os estabelecimentos públicos e privados que abriguem exposições a fixarem placa indicativa contendo advertência para o conteúdo da exposição bem com a faixa etária à qual se destina.

Por fim, o art. 3º diz o descumprimento das disposições desta Lei implicará multa no valor de cinco mil reais cobrada em dobro, nos casos de reincidências.

Seguem as cláusulas de vigência e revogação.

Em sua justificação, o autor afirma que é fundamental diferenciarmos o que é uma expressão artística daquela em que o sexo explícito e as diversas formas





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABIENTE DO DEPUTADO DELMASSO**



de parafilia são expostos, os quais se constituem em atos que ferem, que atentam contra valores arraigados da sociedade brasileira.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O art. 69, I, “b” e “c”, do Regimento Interno desta Casa, estabelece que compete a esta Comissão de Educação, Saúde e Cultura analisar e, quando necessário, emitir parecer a respeito do mérito das matérias relativas à educação pública e privadas, inclusive creches e pré-escolas, e à cultura, espetáculos, diversões públicas, recreação e lazer.

Em vista dessa atribuição regimental e ao apreciar a matéria em tela, esta relatoria considera meritória e louvável a presente iniciativa do nobre parlamentar.

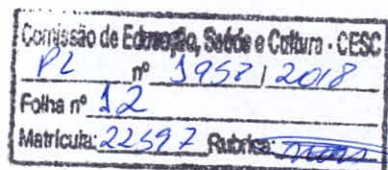
Cabem os seguintes comentários sobre o mérito do Projeto de Lei.

A proposta visa a promoção do bem-estar e a preservação da família constitucionalmente protegida.

Quando mencionamos a obrigatoriedade de respeito aos símbolos religiosos, o fazemos no sentido amplo. Há que se coibir o vilipêndio, a falta de apreço, a falta de consideração aos símbolos religiosos. Há que se respeitar a Cruz para os Cristãos, a Estrela de Davi, as imagens das diversas matrizes religiosas, dentre outros.

Vale dizer, respeitar a nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso VI, que assegura a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Uma expressão artística digna deste nome tem o condão de nos trazer a admiração pela sensibilidade e criatividade do artista. Não resta dúvida que a arte deve exercer seu papel crítico, expressar uma corrente de pensamento político. @





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



O artigo 233 do Código Penal prevê que é crime praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público, impondo pena de detenção de três meses a um ano, ou multa para quem o praticar.

Em contrapartida, há garantia constitucional para a liberdade de expressão, como dispõe o art. 5º, inciso IX, da carta Magna, segundo o qual é livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Neste diapasão não há que se falar em vício de iniciativa para apresentação da temática em debate. E mais, a própria Carta Magna assegura que são reservadas aos Estados as competências que não lhe são vedadas na Constituição, conforme inteligência conferida pelo art. 25, § 1º do reportado Diploma.

Diante do exposto, manifestamos voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 1.958/2018, quanto ao mérito, no âmbito desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

É o Voto.

Sala das Comissões, em

Deputado JORGE VIANNA
Presidente


Deputada DELMASSO
Relator

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL nº	1958/2018
Folha nº	13
Matrícula:	22597 Rubrica: 